

6202

Relatório de Atividades

2º Trimestre



TCE-SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



COMPOSIÇÃO

Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Corregedoria

Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli

Conselheiros

Renato Martins Costa
Maxwell Borges de Moura Vieira
Wagner de Campos Rosário
Carlos Cezar

Corpo de Conselheiros Substituto – Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
(Coordenador)
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Samy Wurman
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres
(Procuradora-Geral)
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Élida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE/SP

Denis Dela Vedova Gomes
(Procurador-Chefe)
Débora Sammarco Milena
Fernanda Bardichia Pilat Yamamoto
João Carlos Pietropaolo
Marcel Felipe Moitinho Torres
Roberto Pereira Perez

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

PARTE 1 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE	9
PARTE 2 - CORPO DIRETIVO	35
PARTE 3 - DADOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO TRIMESTRE	39
1. Dados Consolidados da Distribuição dos Processos	41
1.1. Eletrônicos	41
1.2. Físicos	41
2. Dados Consolidados dos Julgamentos	42
2.1. Tribunal Pleno	42
2.2. Primeira e Segunda Câmaras	42
2.3. Decisões Singulares - Conselheiros	42
2.4. Conselheiros Substitutos - Auditores	42
2.5. Ministério Público de Contas Junto ao Tribunal – MPC	43
2.6. Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE	43
3. Atividades Desenvolvidas pelas Áreas Técnicas do Tribunal	44
3.1. Secretaria-Diretoria Geral – SDG	44
3.2. Departamento Geral de Administração – DGA	47
3.3. Departamento de Tecnologia da Informação – DTI	52
3.4. Gabinete Técnico da Presidência – GTP	53
3.5. Escola Paulista de Contas Públicas – EPCP	53
3.6. Diretoria de Gerenciamento de Processos – DPROC	55
3.7. Diretoria De Coordenação Estratégica – DCE	56
3.8. Diretoria de Expediente da Presidência – DEP	58
3.9. Ouvidoria	58
3.10. Controladoria Interna	59
3.11. Diretoria de Comunicação Institucional – DCI	59
3.12. Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	60
3.13. Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	60
4. Considerações Finais	60
Anexo – Comunicados Expedidos pelo TCESP	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Eletrônicos	41
Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	45
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais	45
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas Correntes	48
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas de Capital	49
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas Correntes ...	49
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas de Capital ...	50
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal - Exercício de 2026 - Empenhado - Despesas Correntes	50
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal - Exercício de 2026 - Empenhado - Despesas de Capital	51
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal - Exercício de 2026 - Realizado - Despesas Correntes	51
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal - Exercício de 2026 - Realizado - Despesas de Capital	51
Tabela 12 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	55
Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Coordenação Estratégica	56
Tabela 14 - Comunicados expedidos pelo GP	61
Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG	62
Tabela 16 - Comunicados expedidos conjuntamente GP/SDG	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 2º trimestre	83
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual	86
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	86
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	98

APRESENTAÇÃO



O segundo trimestre de 2026 consolidou a atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) como agente indutor de eficiência na gestão dos recursos públicos, promovendo a capacitação contínua de servidores e a disseminação de boas práticas administrativas nos municípios paulistas.

Em consonância com as diretrizes de aproximação entre a Corte, os jurisdicionados e a sociedade, o período contou com um marco institucional inédito: a realização de **uma sessão ordinária do Tribunal Pleno fora da capital paulista**. Sediado no município de Campinas, a iniciativa permitiu a estudantes, gestores públicos e cidadãos o acompanhamento in loco das deliberações e julgamentos daquela semana, fortalecendo a transparência e a vocação pedagógica deste Tribunal.

Paralelamente, a 30ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais deu continuidade ao seu cronograma pelo Estado. Nos meses de abril, maio e junho, **o programa percorreu sete municípios**, registrando expressiva adesão de lideranças do Executivo e do Legislativo. Esses encontros técnicos funcionam como canais de escuta ativa para o mapeamento das demandas regionais, e subsidiaram a formulação de novas ações de capacitação em temas como dívida ativa, os impactos da reforma tributária, emendas parlamentares e a Nova Lei de Licitações, além de viabilizar o esclarecimento direto de dúvidas técnicas dos jurisdicionados.

O compromisso com o aprimoramento técnico da administração pública também se refletiu na oferta de eventos gratuitos com temas estratégicos e de alto impacto social, tais como as **políticas voltadas à Primeira Infância, a governança digital no serviço público e o fortalecimento das corregedorias**.

Por fim, em estrito cumprimento às suas atribuições constitucionais, o Tribunal emitiu, no mês de junho, o parecer prévio sobre as **Contas do Governo do Estado de São Paulo referentes ao exercício de 2025, sob relatoria do Conselheiro-Corregedor Marco Aurélio Bertaiolli**. A conclusão desta relevante obrigação institucional decorreu do empenho e do rigor técnico do corpo instrutivo e funcional desta Casa, cuja dedicação viabilizou o exame minucioso e um completo relatório final.

Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado em atenção ao **artigo 33, § 3º, da Constituição do Estado de São Paulo, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e o artigo 27, XXXV, do Regimento Interno**, reunindo as principais atividades desenvolvidas pelo TCESP ao longo do segundo trimestre do exercício de 2026, tanto no âmbito do controle externo quanto da gestão administrativa e institucional.

Conselheira Cristiana de Castro Moraes
Presidente

PARTE 1

**PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES NO
TRIMESTRE**

1. Tribunal Pleno

Em sessão histórica, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realiza primeiro Plenário itinerante em Campinas

Pela primeira vez em sua história, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) transferiu sua sede administrativa e jurídica para o interior do Estado. No dia 8 de abril, o Plenário da Câmara Municipal de Campinas foi palco da 8ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, reunindo o Colegiado máximo da Corte em uma iniciativa inédita de descentralização e aproximação com os jurisdicionados e a sociedade civil.

A sessão contou com a presença dos sete Conselheiros: a Presidente Cristiana de Castro Moraes, o Vice-Presidente Dimas Ramalho, o Corregedor Marco Aurélio Bertaiolli, o Decano Renato Martins Costa, e os Conselheiros Maxwell Borges de Moura Vieira, Wagner de Campos Rosário e Carlos Cezar, além da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, do Procurador da Fazenda do Estado junto ao TCEP, João Carlos Pietropaolo, e do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima.



Presidente da Câmara de Campinas recebe integrantes do TCEP



Conselheiros após a sessão histórica do Tribunal Pleno realizada em Campinas

Compromisso Pedagógico e Transparência

A Presidente Cristiana de Castro Moraes destacou que a escolha de Campinas para a primeira sessão fora da sede reforça o papel orientador da Corte. “Reafirmamos nosso compromisso com uma atuação mais próxima, pedagógica e eficiente. Não queremos apenas fiscalizar, mas orientar e contribuir para soluções em um ambiente construtivo”, afirmou a Conselheira, agradecendo a acolhida generosa da Câmara Municipal.

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, destacou durante a solenidade de abertura que a iniciativa democratiza o acesso que a lei exige e humaniza a relação entre os órgãos. “Para as prefeituras, a análise de contas é sempre um momento de tensão. Ver o TCE disposto ao diálogo e à orientação garante processos mais corretos. Ganha a população e ganha a democracia”, pontuou o prefeito.

O encontro foi marcado por forte simbolismo. O Conselheiro Decano, Renato Martins Costa, ressaltou a importância de o TCE estar “na casa do titular do controle externo”, que é o Poder Legislativo. “Estar aqui representa uma homenagem ao trabalho legislativo e aos municípios paulistas”, declarou.

Representando o Ministério Público de Contas, a Dra. Letícia Formoso Feres complementou reforçando que estar na “casa do povo” fortalece o diálogo institucional nos diferentes territórios de São Paulo.

A sessão itinerante em Campinas inaugura um novo capítulo na governança pública paulista, sinalizando que a fiscalização dos recursos públicos caminha de mãos dadas com a transparência e o apoio técnico aos gestores municipais.



Conselheiros e autoridades de Campinas se reúnem antes de sessão histórica



Equipe de comunicação do Tribunal registra todos os acontecimentos na Câmara de Campinas



Presidente do TCESP e a diretora da Unidade Regional de Campinas, Ana Cristina Okumura



Sessão histórica reuniu estudantes, jurisdicionados e público em geral na Câmara da cidade

2. Fiscalização

Fiscalização ordenada da gestão de medicamentos e farmácias

Uma operação surpresa sobre gestão de medicamentos e farmácias foi realizada em 7 de maio pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). A ação mobilizou mais de 380 auditores em 300 municípios paulistas simultaneamente.

Nesta edição, a fiscalização contou com o apoio técnico do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP). O objetivo foi garantir que as unidades cumprissem as normas farmacêuticas e que o cidadão recebesse não apenas o remédio, mas o atendimento técnico necessário. Entre os itens vistoriados estavam:

- Responsabilidade Técnica: Presença de farmacêuticos durante horário de funcionamento;
- Gestão de Estoque: Validade dos produtos e sistemas que impeçam a duplicidade de retiradas ou faltas injustificadas;
- Condições Sanitárias: Higiene, controle de temperatura e umidade para preservar a eficácia dos medicamentos;
- Direitos do Usuário: Prioridade no atendimento e cadastramento correto nos sistemas de saúde (CNES).

Principais achados¹:

- 73% das farmácias fiscalizadas enfrentam desabastecimento de itens vitais, como psicofármacos e remédios para diabetes.
- Ausência de controle efetivo do estoque físico, cujos quantitativos divergiram dos registros oficiais em mais da metade das unidades visitadas.
- 81% das farmácias fiscalizadas não possuem controle de demanda represada, o que impede dimensionar com precisão o real impacto do desabastecimento para a população.
- Mais de 55% das edificações visitadas operam sem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
- Ampla presença de farmacêuticos habilitados e registrados (94% das unidades visitadas)
- Em 98% dos locais visitados, auditores encontraram boas condições de higiene.



2ª Fiscalização Ordenada de 2026 avaliou condição de farmácias e a gestão de medicamentos



Entre problemas encontrados pelos técnicos do TCEsp, paredes com mofo e evidências de má conservação dos remédios

¹ <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/pr%C3%A9via%20consolidado%20II%20FO%202026%20-05-07%20DCI..pdf>

Fiscalização Ordenada sobre Gestão de Resíduos Sólidos

O TCESP realizou em 18 de junho a 3ª Fiscalização Ordenada de 2026, dedicada à gestão dos resíduos sólidos urbanos. A ação avaliou as condições de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos em 203 municípios paulistas, tema diretamente relacionado à sustentabilidade ambiental, à saúde pública e à qualidade de vida da população. Participaram da ação 220 auditores.

A fiscalização mostrou que a governança municipal dos resíduos sólidos apresenta nível relativamente elevado de estruturação. A maioria dos municípios (90,15%) possui Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, embora 27,32% desses planos estejam desatualizados há mais de dez anos. Programas de educação ambiental foram identificados em 65,52% dos municípios. Entretanto, apenas 43,94% daqueles que executam essas iniciativas possuem dotação orçamentária específica para sua implementação, o que pode comprometer sua continuidade.

A operação constatou ainda problemas operacionais em 83,33% dos aterros municipais vistoriados, evidenciando fragilidades na infraestrutura destinada à disposição final dos resíduos. A ação também identificou falhas nas etapas intermediárias do manejo dos materiais: 72,41% das áreas de transbordo e triagem apresentaram inconformidades. Além disso, 47,06% dessas estações operam sem licença ambiental válida da CETESB, quadro que acende um alerta para a necessidade de aprimoramento dos controles ambientais e da gestão desses equipamentos.

Outro dado que chama atenção é a presença de pontos de descarte irregular em 67% dos municípios fiscalizados, indicando que a disposição inadequada de resíduos continua sendo uma realidade em diferentes regiões do Estado. O cenário reforça a necessidade de ampliar as ações de fiscalização, educação ambiental e conscientização da população.

Os dados coletados, consolidados em relatório técnico², foram encaminhados a gestores municipais para conhecimento e adoção das providências cabíveis. As informações também subsidiarão futuras ações de acompanhamento e controle realizadas pelo Tribunal. Vale ressaltar que os relatórios individuais foram submetidos aos Conselheiros Relatores das Contas Anuais para apreciação.



3ª Fiscalização Ordenada de 2026 fiscalizou aterros sanitários e a gestão de resíduos sólidos



3ª Fiscalização Ordenada de 2026 esteve em 203 municípios paulistas no Mês da Sustentabilidade

² <https://painel.tce.sp.gov.br/arquivos/questionario/consolidados/consolidados/IIIFO2026-RelatorioConsolidado.pdf>

Auditoria em emendas parlamentares

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) concluiu no mês de abril uma auditoria técnica de abrangência estadual que mapeou a execução de emendas parlamentares, incluindo as chamadas “Emendas PIX” e repasses ao Terceiro Setor nas contas de 2024 e 2025 de 644 municípios paulistas. O trabalho, que teve como foco o cumprimento das diretrizes de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente a ADPF 854, analisou uma amostra composta pelas 66 emendas de maiores valores em 59 municípios, totalizando R\$ 52 milhões em recursos públicos repassados às cidades por parlamentares.

A fiscalização revelou que, ao longo de toda a cadeia de execução da amostra analisada, esses recursos vindos de emendas movimentaram R\$ 186 milhões em contratos e ajustes administrativos. Isso porque um contrato pode ter parte do seu valor custeado por emenda parlamentar e parte por outras receitas de fontes diversas, como repasses do próprio município e Estado.

O relatório técnico pelo TCESP aponta falhas de governança, como a ausência de contas bancárias específicas para o recebimento das verbas, prática que dificulta o rastreamento do dinheiro público e quebra o nexo de causalidade entre a indicação do parlamentar e de fato o empenho do recurso. O documento identifica ainda problemas no repasse de verbas para Organizações da Sociedade Civil (OSC), as chamadas Ongs.

Utilizando a metodologia elaborada pelo Tribunal de Contas da União, chamada TAEP, Indicador de Transparência Ativa de Emendas Parlamentares, a Corte de Contas constatou que 57,78% das Câmaras Municipais avaliadas possuem um nível de transparência considerado insuficiente, o que impede a fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

Principais irregularidades identificadas:

- **Déficit de Transparência:** Em muitos casos, os portais oficiais não permitem o acompanhamento da execução das indicações feitas pelos próprios vereadores.
- **Falhas Contábeis:** A auditoria constatou a ausência de contas bancárias específicas e exclusivas para o recebimento dos recursos (o “nexo de causalidade” é destruído quando o dinheiro se mistura à conta geral da prefeitura) e divergências na contabilização das receitas e despesas.
- **Riscos no Terceiro Setor:** O eixo de emendas municipais direcionadas a Organizações da Sociedade Civil (OSC) concentra os riscos mais graves, incluindo indícios de conflitos de interesse e falta de segregação de funções.

Com base nos dados deste relatório e na demanda das cidades em relação ao tema, o Tribunal ofereceu em julho uma formação sobre Emendas Parlamentares Impositivas Municipais, além de lançar um manual que consolida orientações sobre todo o ciclo das emendas — da proposição legislativa à prestação de contas e ao controle. Detalhes sobre a formação e o guia serão disponibilizados no relatório do próximo trimestre.

3. Ciclo de Debates 2026



Equipe do TCESP esteve em sete cidades do Estado em abril, maio e junho, em encontros com plateia lotada

A 30ª edição do tradicional Ciclo de Debates do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) passou pelas cidades de Itapeva, Salto, Registro, Jaboticabal, Nuporanga, Santos e Pindamonhangaba durante o segundo trimestre do ano. Gestores e servidores públicos lotaram auditórios de Câmaras municipais, teatros e centros de convenções para tirar suas dúvidas com técnicos da Corte de Contas paulista.

Foram incluídos na pauta temas como Nova Lei de Licitações, Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), Fases do Sistema Audesp, repasses ao Terceiro Setor, questões orçamentárias, contratações, entrega de dados, processos e tecnologia da informação. Centenas de questões foram distribuídas e amplamente respondidas pela mesa técnica composta por Diretores, Chefes e Auditores do TCESP.

Antes de todos os eventos, a Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, recebeu prefeitos das sete regiões paulistas visitadas entre abril e junho. Foi possível, nestes encontros, entender melhor as principais dificuldades dos executivos na gestão de recursos públicos.

Durante os encontros, é realizada a entrega do Selo do Programa Nacional de Transparência Pública, iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em conjunto com o TCESP, que reconhece o compromisso com a boa governança e transparência nos portais de Câmaras e Prefeituras. Os selos têm três categorias: prata, ouro e diamante.

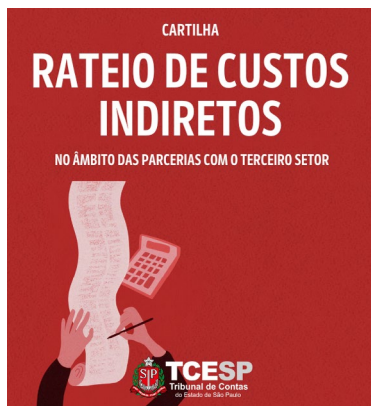
Ao todo, o Ciclo de Debates irá percorrer 20 municípios em 2026. Álvares Machado e Dracena foram as primeiras cidades a receber o evento, em março. A caravana continua a percorrer 11 cidades do Estado até outubro, conforme calendário a seguir.

Americana - 06/07/2026 - 14h
Assis - 06/08/2026 - 14h
Lençóis Paulista - 07/08/2026 - 9h30
Taubaté - 20/08/2026 - 9h30
Mogi Mirim - 27/08/2026 - 14h
São Carlos - 10/09/2026 - 14h

Limeira - 11/09/2026 - 9h30
Santa Fé do Sul - 24/09/2026 - 9h30
Olímpia - 25/09/2026 - 9h30
Auriflama - 15/10/2026 - 14h
Lins - 16/10/2026 - 9h30

4. Cursos, capacitações e cartilhas

TCESP lança nova cartilha sobre investimentos e diretrizes para os RPPS

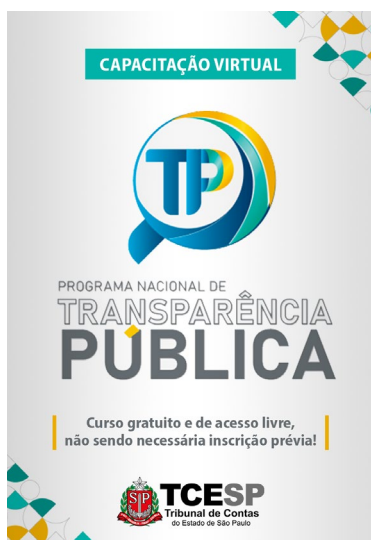


Capa de nova cartilha disponibilizada pelo TCESP a gestores previdenciários

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) publicou uma nova cartilha orientativa voltada aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O material, disponível na área de Publicações do Portal do TCESP, tem como objetivo guiar gestores, conselheiros e comitês de investimentos sobre as profundas mudanças trazidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que atualiza as regras para a aplicação dos recursos previdenciários.

Com a nova regulamentação, o cenário de investimentos para os regimes próprios de previdência torna-se mais robusto, exigindo maior governança, transparência e gestão clara de riscos. A cartilha detalha como as novas normas impactam o dia a dia das instituições e o que é necessário para garantir a sustentabilidade atuarial e financeira dos benefícios dos servidores públicos.

TCESP faz capacitação online sobre Plano de Transparência Pública



Arte usada para divulgar capacitação online realizada em abril pelo TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou em 13 de abril uma capacitação online relativa ao Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O objetivo deste treinamento foi apresentar as diretrizes do ciclo 2026, bem como orientar quanto ao correto preenchimento do questionário, esclarecer dúvidas recorrentes e destacar as principais alterações metodológicas introduzidas no atual exercício, incluindo a nova fase de contraditório e os aspectos qualitativos da avaliação do PNTTP.

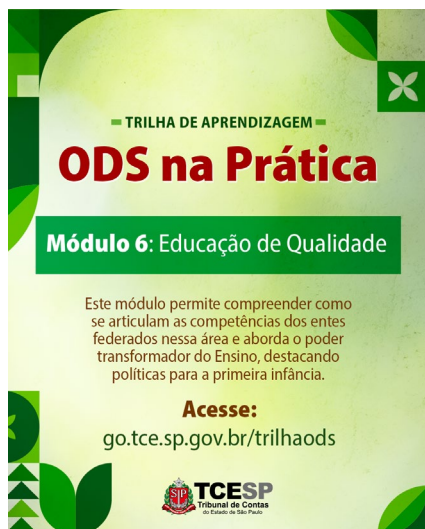
Assim, os participantes estão aptos para a correta aplicação da Matriz de Critérios do PNTTP 2026, promovendo o alinhamento metodológico, a padronização das avaliações e o aprimoramento dos portais institucionais, com vistas ao fortalecimento da transparência pública, do acesso à informação e do controle social.

Neste ciclo de 2026, a avaliação do PNTTP incluirá os consórcios públicos, bem como as empresas estatais — dependentes e independentes — vinculadas às demais esferas de governo.

Também é recomendada a leitura da “Cartilha do PNTTP – ciclo 2026”, disponível¹ na seção “Publicações” no Portal do TCESP, e ao final deste texto, como forma de melhor aproveitamento da capacitação.

¹ <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/cartilha-pntp-ciclo-2026-orientacoes-para-cidadaos-gestores-publicos-e-tribunais-contas>

Módulos de Trilha de Aprendizagem sobre os ODS



Sexto módulo das trilhas de aprendizagem das ODS, realização da EPCP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), por meio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), disponibilizou dois módulos da Trilha de Aprendizagem que aborda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Prática em abril e maio.

Com o tema ‘Saúde e Bem-Estar’, um dos módulos permite compreender como a saúde pública é estruturada, financiada, executada e avaliada no Brasil, com foco no papel estratégico dos municípios e na importância da boa gestão para garantir direitos e resultados concretos para a população.

Outro módulo lançado tem o tema ‘Educação de Qualidade’ e permite compreender como se articulam as competências dos entes federados nessa área e aborda o poder transformador do Ensino, destacando políticas para a primeira infância.

Composta por dez módulos lançados mensalmente, a trilha também disponibiliza conteúdos didáticos, vídeos, manuais, boas práticas, além de indicações de livros, filmes e documentários, podcasts e o desafio EPCPlay.

A ideia tem como objetivo reunir o conhecimento sobre os ODS e sua relação com as dimensões do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), oferecendo um guia prático aos gestores públicos sobre como melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços disponibilizados aos cidadãos.

Conheça a Trilha de Aprendizagem ODS na Prática por meio do link a seguir e saiba mais: <https://go.tce.sp.gov.br/trilhaods>.

Curso ‘Lei de Licitações e Contratos Administrativos’



Nova turma de curso EAD sobre lei de licitações começou em abril

O TCESP, por meio da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), abriu uma nova turma do curso EAD “Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021”. O curso pode ser realizado no período entre 27 de abril e 31 de agosto, pela plataforma Moodle – EPCPlay. Voltado a servidores de órgãos jurisdicionados ao Tribunal, a capacitação apresenta por meio de material diversificado, navegação interativa e recursos de gamificação, os principais aspectos da nova legislação, com foco em sua aplicação prática no âmbito da administração pública.

Planejamento das contratações, modalidades de licitação, critérios de julgamento, gestão e fiscalização contratual, também são, entre outros pontos importantes, temas abordados no curso.

Corte faz encontro para debater nova Fase IV do Sistema Audeps



Capacitação realizada tanto pessoalmente quanto online sobre Sistema Audeps

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou em 15 de junho a palestra ‘Nova Fase IV do Sistema Audeps’. A capacitação, voltada a servidores que atuam no setor de compras e licitações dos órgãos públicos e na área de Tecnologia da Informação (TI), buscou levar os participantes a conhecerem e entenderem as mudanças para a Nova Fase IV. A atividade contou com transmissão em tempo real pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) no YouTube, por meio do link streaming.tce.sp.gov.br/lives.

TCESP realiza treinamento sobre parcerias com o Terceiro Setor e Sistema Audeps



Curso sobre Terceiro Setor recebeu grande demanda de inscrições

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) promoveu em 26 de junho o evento “Terceiro Setor em Foco: Parcerias com Entidades Sem Fins Lucrativos, Prestação de Contas, Emendas Parlamentares e Sistema Audeps Fase V”. A capacitação, que ocorreu no Auditório Nobre da Capital, foi transmitido em tempo real pela internet.

O encontro teve como objetivo principal esclarecer dúvidas de gestores e servidores públicos sobre o funcionamento do Sistema Audeps – Fase V, com foco no módulo de prestação de contas, além de abordar as regras para emendas parlamentares e parcerias firmadas com entidades sem fins lucrativos.

5. Eventos

Seminário nacional do MEC sobre primeira infância

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), promoveu em 5 de maio o seminário ‘Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação’. A iniciativa do Ministério da Educação (MEC) integrou um ciclo nacional de encontros realizados entre março e junho em diferentes estados, voltado ao fortalecimento e implementação de políticas públicas para crianças com idade entre zero e seis anos.



Público lota Centro de Convenções Rebouças para assistir a palestras sobre Políticas para Primeira Infância



Grupo de balé se apresenta durante seminário estadual realizado em São Paulo

A reunião foi realizada em São Paulo em formato híbrido e reuniu gestores, especialistas, órgãos de controle e representantes da sociedade civil. Alinhado à Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi), o seminário apoiou municípios na implementação de planos locais, incentivando a articulação entre áreas e a adoção de práticas efetivas. A iniciativa buscou fortalecer a governança e consolidar a primeira infância como prioridade na agenda pública.

Programação:

- Painel “A Política Nacional Integrada de Primeira Infância e seus nomes” apresentou um panorama da construção recente da política e reforçou seu caráter permanente.
- Painel “A Política Nacional Integrada de Primeira Infância em Movimento: compromissos em ações do governo federal” reuniu representantes de diferentes ministérios para detalhar iniciativas em curso.
- Painel “Panorama da Primeira Infância no Território e Compromissos da Gestão Pública” destacou a importância do uso qualificado de dados para orientar a formulação de políticas públicas mais efetivas na Primeira Infância.
- Painel “Compromisso Institucional com a Primeira Infância: Justiça, Controle e Defesa dos Direitos” reuniu representantes dos diferentes Poderes e instituições responsáveis pela garantia dos direitos das crianças.
- Painel “Experiências e Vozes do Território” trouxe exemplos práticos de implementação das políticas públicas.

I Seminário Estadual de Dívida Ativa



Conselheiros e técnicos do Tribunal de Contas participam de encontro sobre dívida ativa



Público ocupa Auditório Nobre do Tribunal para evento sobre dívida ativa dos municípios

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) reuniu em 21 de maio gestores públicos, procuradores, controladores e auditores no auditório da instituição para o 1º Seminário Estadual de Dívida Ativa. O encontro centralizou o debate na urgência de uma reformulação estrutural e fiscal nas administrações municipais, com foco na substituição de modelos burocráticos tradicionais por inteligência de dados, consensualidade e eficiência arrecadatória.

O encontro foi dividido em três painéis que discutiram temas como os pilares estruturais necessários para a execução eficiente de políticas públicas; sustentabilidade financeira e novas exigências do cenário legal; saúde da administração pública contemporânea; e exposições técnicas dedicadas à governança fiscal.

Durante o seminário, a Procuradora Geral do Estado, Inês Maria dos Santos Coimbra apresentou um toolkit¹ (guia de ferramentas prontas), desenvolvido pela PGE para otimizar o trabalho das procuradorias municipais e analisou os processos de inovação no setor público. Segundo a Procuradora-Geral, o avanço administrativo pressupõe tentativas, ajustes de rotas e aprendizados institucionais, nos quais o erro e a correção fazem parte do processo de modernização.

O Tribunal de Contas paulista reafirmou, com o seminário, seu posicionamento institucional: atuar firmemente como órgão fiscalizador e indutor dessa modernização, orientando tecnicamente as administrações municipais para que priorizem a inteligência fiscal, o uso de protestos extrajudiciais e os mecanismos de transação eficiente.



Procuradora-geral do Estado participa de evento e lança toolkit



Encontro foi dividido em três painéis com palestrantes

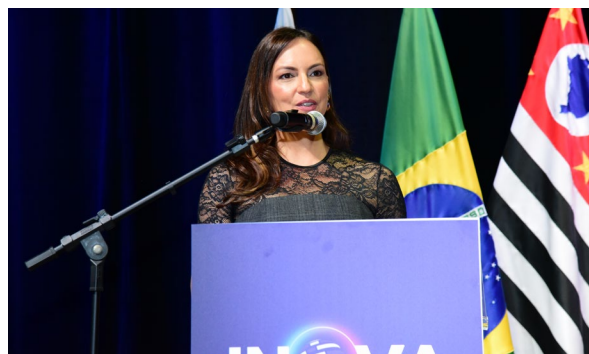
¹ https://www.portalcms.pge.sp.gov.br/pge/servicos-ao-cidadao/servicos-fiscais/toolkit_SDA

Inova SP 2026

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), o Ministério Público de Contas de São Paulo (MPCSP) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizaram em 18 de maio, no Teatro do SESI-SP, na Avenida Paulista, a segunda edição do Inova SP 2026. O evento promoveu diálogos sobre modernização do Estado, inovação na gestão pública, inteligência artificial e transformação digital, com foco na eficiência administrativa e na melhoria das políticas públicas.



Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, ex-presidente Michel Temer e Conselheiro Carlos Cezar em evento em SP



Procuradora-Geral do MPC participa da cerimônia de abertura de evento sobre inovação no setor público

A programação contou com discussões sobre temas como “Contratações Públicas de Inovação”, “Inteligência Artificial e Administração Pública”, “Cidades Inteligentes”, “Desburocratização: Inovar para Transformar” e “Governança de Dados e IA: Inovação Aplicada ao Controle e à Gestão.”

Estiveram presentes o Presidente do Brasil (2016-2019), Michel Temer; o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf; o Controlador Geral do Estado de São Paulo, Rodrigo Fontenelle; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Inaldo Araújo; os Conselheiros do TCESP Marco Aurélio Bertaiolli, Wagner de Campos Rosário e Carlos Cezar; e a Procuradora-Geral de Contas, Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

O encontro que durou todo o dia foi encerrado reforçando a importância de coletar dados de ambientes de inovação. A iniciativa consolida a integração entre órgãos de controle, faculdades, autarquias e organizações da sociedade civil para impulsionar a eficiência e a transformação digital no estado de São Paulo.



Participantes da cerimônia de abertura do Inova, realizado pelo TCESP na sede da Fiesp, em São Paulo

Corregedoria Day



Conselheiros e Procuradora-Geral do MPC participam do Corregedoria Day na sede do TCESP



Público prestigia evento que discutiu a importância do fortalecimento das corregedorias

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou em 11 de maio a edição 2026 do “Corregedoria Day”. A iniciativa, coordenada nacionalmente pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), reuniu autoridades do controle externo e do Judiciário para a atualização da Cartilha de Combate e Prevenção ao Assédio e Discriminação e o lançamento de diretrizes voltadas à saúde mental dos servidores.

O evento faz parte de uma mobilização das Cortes de Contas brasileiras para fortalecer as corregedorias como órgãos de orientação, e não apenas de punição. Neste ano, o foco recaiu sobre a gestão de riscos psicossociais e o bem-estar no serviço público. O tribunal apresentou estruturas como a Brigada em Saúde Mental e o Núcleo de Acolhimento, que integram as políticas de integridade da instituição.

Além das questões internas, o encontro debateu o papel pedagógico do TCESP junto aos 644 municípios paulistas. A Presidente da Comissão de Ética, Roberta Marques Yanez, reforçou que a conduta ética é a base da administração e não deve ser tratada como um acessório de imagem. “Ética não é cosmética, maquiagem moral ou aparência. É integridade moral e persistência em fazer o certo. Como usamos nossa voz e exercemos o poder impacta incontáveis pessoas.”

O evento foi encerrado com o lançamento da segunda edição da Cartilha contra Assédio e Discriminação, que serve de guia para gestores públicos na prevenção de conflitos e na promoção de um ambiente institucional saudável.

Cartilha²

Lançada originalmente em 2022, a publicação passou por uma atualização profunda para contemplar não apenas as recentes mudanças na legislação federal e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas também para oferecer um olhar mais atento aos impactos psicossociais das condutas abusivas na administração pública.

A nova versão do guia expande os conceitos de assédio moral e sexual, detalhando as diferentes classificações que essas práticas podem assumir, sejam elas verticais, horizontais ou mesmo coletivas. Um dos diferenciais desta edição é a inclusão de seções específicas sobre o combate ao racismo estrutural, ao machismo e à intolerância religiosa, temas que ganharam relevância no debate institucional.

² <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/cartilha-vamos-falar-sobre-assedio-moral-sexual-e-discriminacao-2a-edicao>

Memorial do TCE inaugura exposição sobre a evolução da moeda



Abertura de exposição no Memorial do TCESP reuniu Conselheiros e a Procuradora-Geral do MPC



Mostra conta a evolução das moedas no Brasil e a importância disso na prestação de contas

O Memorial do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) abriu em 6 de maio a exposição “Dos Réis ao Real nas prestações de contas ao Tribunal”, em celebração aos 102 anos da Corte. A data da inauguração foi simbólica, pois remete à sessão inaugural do TCESP, ocorrida em 6 de maio de 1924, marco da criação da instituição. A abertura contou com a presença da Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, do Vice-Presidente da Corte, Conselheiro Dimas Ramalho e do Conselheiro Carlos Cezar.

Promovida pelo Memorial e pela Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), em parceria com a Diretoria de Comunicação Institucional (DCI), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e a Sociedade Numismática Brasileira (SNB), a mostra propõe ao público uma reflexão sobre as transformações dos padrões monetários ao longo da história do Brasil e seus impactos na administração pública.

Por meio de cédulas, moedas e documentos históricos, a exposição apresenta importantes momentos da trajetória do TCESP, evidenciando como a evolução da moeda, que passou por nove mudanças de padrão monetário, do Réis ao Real.

A iniciativa reúne ainda notícias de época, registros institucionais e pronunciamentos históricos, aproximando o público da atuação da Corte ao longo de mais de um século. Como diferencial, a exposição conta com uma mesa interativa, na qual os visitantes poderão manusear cédulas, moedas e documentos, ampliando a experiência de contato com a história. A exposição ficará aberta ao público de forma gratuita, de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h pelo período de seis meses, na sede do Memorial do TCESP.

6. Contas do Governador



Conselheiro Corregedor do Tribunal, Marco Aurélio Bertaiolli, foi o relator das contas



Sessão que durou todo o dia foi presidida pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) analisou na 1ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno em 17 de junho as Contas do Governador Tarcísio de Freitas referentes ao ano de 2025. A análise do relator Conselheiro Corregedor, Marco Aurélio Bertaiolli, culminou em um parecer favorável à prestação de contas com ressalvas.

A sessão foi presidida pela Presidente da Corte, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, e integrada pelos Conselheiros Dimas Ramalho, Renato Martins Costa, Wagner de Campos Rosário, Carlos Cezar e pelo Conselheiro Substituto-Auditor Samy Wurman. A Procuradora-Geral Leticia Formoso Delsin Matuck Feres representou o Ministério Público de Contas (MPC) e o Procurador-Chefe Denis Dela Vedova Gomes, a Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP.

Ao final da sessão, os Conselheiros da Corte fizeram apontamentos e, por unanimidade, seguiram o voto do relator Marco Aurélio Bertaiolli. Em consonância com o previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 e segundo os termos da Constituição Estadual, após o trânsito em julgado da decisão o parecer é remetido à Assembleia para análise e posterior julgamento das contas.



Conselheiros seguiram por unanimidade o voto do relator, aprovando com ressalvas as Contas do Governador de 2025

7. Mês da Sustentabilidade no TCESP

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, o Tribunal de Contas realizou durante todo o mês uma série de eventos, capacitações e iniciativas com o tema sustentabilidade, mudanças climáticas e cidades resilientes. Entre os destaques, uma fiscalização ordenada sobre a gestão de resíduos sólidos, já citada previamente neste relatório, e o lançamento do Painel Clima SP, focado em apoiar decisões, promover transparência e impulsionar transformações rumo ao desenvolvimento sustentável.

Também em junho, o **TCESP conquistou o Selo A3P** (Agenda Ambiental na Administração Pública), reconhecimento concedido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima às instituições públicas que demonstram compromisso com a implementação de práticas sustentáveis e com a promoção da responsabilidade socioambiental em suas atividades.



Selo recebido pelo Tribunal reconhece avanços na sustentabilidade

A certificação integra uma das principais iniciativas voltadas à sustentabilidade na Administração Pública brasileira. A conquista representa um importante marco para o TCESP, evidenciando os esforços desenvolvidos pela instituição na adoção de ações voltadas ao uso racional dos recursos naturais, à gestão adequada de resíduos, à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, à capacitação de servidores e ao fortalecimento de uma cultura organizacional comprometida com os princípios da sustentabilidade.

A Agenda Ambiental na Administração Pública busca justamente incentivar órgãos públicos a incorporarem boas práticas socioambientais, conciliando eficiência administrativa, economicidade e preservação ambiental.

Exposição ODS em Telas



Artistas que fizeram obras para a exposição posam com autoridades



Público visita exposição de grafites no Memorial do TCESP; ao todo, 12 artistas retratam sua visão das ODS

A exposição “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU em Telas” foi inaugurada em 9 de junho no Memorial do TCESP. As artes foram produzidas por grafiteiros integrantes do programa Fábricas de Cultura, vinculado à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo (CultSP).

O público pode visitar as obras de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h.

Evento Sustentabilidade e Adaptação Climática



Palestrante do evento que reuniu especialistas na sede do TCESP



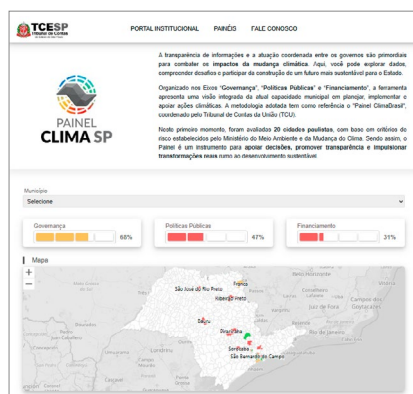
Evento reuniu especialistas em temas como mudanças climáticas e cidades resilientes

O Tribunal de Contas promoveu em 16 de junho o evento “Sustentabilidade e Adaptação Climática: Cidades e Instituições Resilientes”. O objetivo foi conscientizar os gestores públicos sobre a urgência das mudanças climáticas, trazendo dados científicos e boas práticas possíveis de serem replicadas nos municípios.

Ao longo de todo o dia, o TCESP recebeu representantes de universidades, pesquisadores, gestores públicos e cientistas, que apresentaram suas visões em quatro temáticas: “Mudanças Climáticas e o Futuro das Cidades: Desafios e Soluções para o Setor Público”; “Políticas Públicas e Gestão Sustentável”; “Resiliência Urbana” e “Inovações para Cidades Inteligentes e Resilientes”.

Na parte final do evento, foi lançado o Painel Clima SP¹ que avaliou, em um primeiro momento, 20 cidades paulistas com base em critérios de risco estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima.

A ferramenta está organizada em três eixos: “Governança”, “Políticas Públicas” e “Financiamento”. No primeiro, é observado como o governo se organiza para enfrentar as mudanças climáticas. Envolve leis, estrutura e coordenação entre órgãos e secretarias, garantindo que as ações sejam eficazes. Uma boa governança climática também inclui transparência, participação da sociedade e atuação conjunta entre setores.



Municípios podem acessar Painel Clima SP e fazer autodiagnóstico

No eixo Políticas Públicas, são observadas as ações e programas concretos do governo para reduzir as causas das mudanças climáticas e lidar com impactos. Inclui iniciativas como planejamento urbano sustentável, gestão de riscos, proteção ambiental, mobilidade, saúde e adaptação a eventos extremos, visando melhorar a qualidade de vida e proteger as pessoas.

Por fim, o terceiro eixo trata dos recursos financeiros necessários para colocar as ações climáticas em prática. Envolve previsão de orçamento, acesso a fontes de recursos e uso eficiente do dinheiro público para apoiar projetos e políticas que promovam a mitigação e a adaptação às mudanças do clima.

As cidades que não fizeram parte do Painel podem responder ao questionário disponível e avaliar como o município está se preparando para a mudança no clima.

¹ <https://www.tce.sp.gov.br/painelclimas>

Live “O Lixo Nosso de Cada Dia”

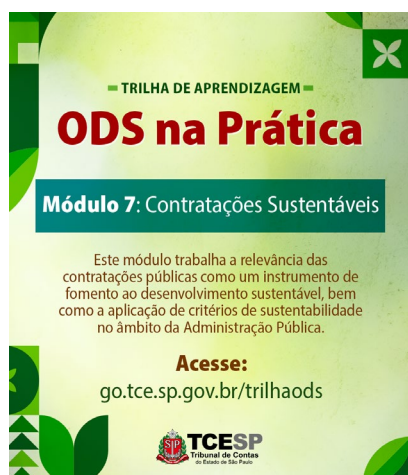


Transmissão ao vivo de capacitação sobre a gestão do lixo

O TCESP, por meio de seu Observatório do Futuro, realizou no dia 3 de julho o treinamento online “Diálogos 2030: O lixo nosso de cada dia”. O evento teve como objetivo central levar gestores públicos, agentes políticos e a sociedade civil a refletir sobre a responsabilidade individual e coletiva na construção de um futuro sustentável.

A capacitação abordou temas críticos da gestão pública e do cotidiano, como a potência dos resíduos sólidos, a distância entre a teoria e a prática no descarte de materiais e a composição dos resíduos domésticos. A programação buscou despertar um olhar crítico sobre as consequências das escolhas diárias e fortalecer a capacidade dos municípios em planejar e implementar políticas eficazes de manejo de lixo e economia circular.

Trilha de Aprendizagem ODS na Prática



Trilha de aprendizagem fala sobre desenvolvimento sustentável

A Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP) disponibilizou em 8 de junho o sétimo módulo da Trilha de Aprendizagem que aborda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Prática.

Com o tema ‘Contratações Sustentáveis’, o módulo trabalha a relevância das contratações públicas como um instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável, bem como a aplicação de critérios de sustentabilidade no âmbito da Administração Pública.

Composta por dez módulos que vêm sendo lançados mensalmente, a trilha também disponibiliza conteúdos didáticos, vídeos, manuais, boas práticas, além de indicações de livros, filmes e documentários, podcasts e o desafio EPCPlay.

Os módulos anteriores são *Planejamento e Governança*, *Mitigação e Adaptação aos Impactos da Mudança Climática*, *Gestão de Resíduos e Saneamento Básico*, *Governo Digital*, *Saúde e Bem-Estar* e *Educação de Qualidade*. Os conteúdos podem ser acessados no ambiente virtual de aprendizagem do TCESP.

9. Agenda Social

Sustentabilidade: TCESP reduz consumo



Documento apresenta iniciativas do TCESP em prol da sustentabilidade durante 2025

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) apresentou no início de abril seu Relatório de Sustentabilidade 2025. O documento reforça o papel da instituição na promoção de práticas sustentáveis e no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Por meio do Observatório do Futuro, criado para coordenar essas iniciativas, o TCESP intensificou ações alinhadas ao seu Planejamento Estratégico 2022-2026, com base na Política Institucional de Sustentabilidade, instituída pela Resolução nº 17/2022 e atualizada pela Resolução nº 5/2023, além do Plano de Logística Sustentável (PLS/TCESP), formalizado pela Resolução nº 1/2025.

Esses marcos normativos estabelecem diretrizes claras para integrar a sustentabilidade na gestão cotidiana, abrangendo desde compras e contratações sustentáveis até a qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação de servidores e gestão eficiente de resíduos.

Os indicadores do relatório revelam avanços expressivos em diversas frentes. Na eficiência operacional, houve reduções concretas, como a queda de 9,05% no consumo de copos descartáveis para água, além de diminuições no parque de impressoras, no consumo de energia, água e etanol usado pela frota. Isso reflete uma gestão mais racional de recursos e menor pegada ambiental.

A capacitação e mobilização também se destacaram, com 401 inscritos na trilha de aprendizagem “ODS na Prática”, 1,2 mil participantes em webinários temáticos e o lançamento de oito episódios de podcast dedicados ao tema, promovendo conscientização entre servidores e gestores públicos. Complementando esses esforços, foi divulgada a cartilha atualizada do Observatório do Futuro, um material institucional que serve como referência para ações futuras.

¹ <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/relatorio-sustentabilidade-2025>

TCESP e Fundação CASA unem esforços em prol da Saúde Mental



Parceria com a Fundação Casa foca em troca de experiências e capacitação

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) formalizaram, em 7 de abril, uma parceria estratégica para levar o projeto Brigada de Saúde Mental aos servidores da Fundação. O acordo de cooperação técnica foca na troca de experiências e na capacitação de equipes.

As duas instituições vão trabalhar juntas para formar Brigadistas: servidores voluntários treinados para oferecer suporte emocional imediato e acolhimento em momentos de crise. Mais do que um atendimento de urgência, a iniciativa busca criar um ambiente de trabalho mais leve, incentivando o autocuidado e o bem-estar diário.

Tribunal de Contas realiza Campanha do Agasalho

Durante o mês de junho, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) convidou servidores(as), estagiários(as) e terceirizados(as) a participarem da Campanha do Agasalho 2026 com o tema 'Faça o bem e aqueça o coração de alguém'.

A ação solidária recebeu itens como agasalhos, cobertores, calçados, meias e roupas de inverno para adultos, crianças e adolescentes. As doações foram feitas em pontos de coleta disponibilizados nas áreas comuns dos prédios do TCESP, da mesma maneira como nas campanhas realizadas nos anos anteriores.



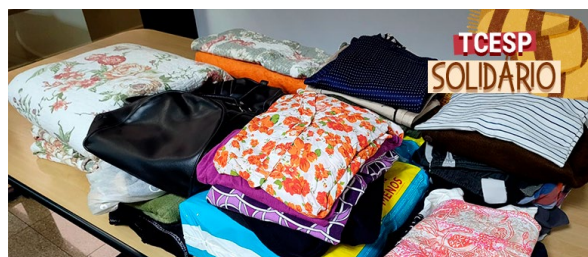
TCESP conclui Campanha do Agasalho com 600 peças arrecadadas na Capital



Unidade Regional de Araçatuba (UR-1) arrecada 90 peças de inverno



Unidade Regional de Bauri (UR-2) conclui Campanha do Agasalho com 66 itens arrecadados



Arrecadações da Unidade Regional de Campinas (UR-3)

10. Artigos

No segundo trimestre de 2026, foram disponibilizados 21 artigos de Conselheiros, técnicos e convidados do TCESP na área de publicações do site¹. O conteúdo dos artigos é importante para discutir com a sociedade temas como licitações, educação, dívida ativa, planejamento, IA no setor público, entre outros.

- O Controle Externo no âmbito da Lusofonia - Rafael Rodrigues da Costa | 06/04/2026
- Aspectos jurídicos do SRP na contratação de serviços públicos continuados - Sérgio Ciquera Rossi | 07/04/2026
- Fiscalizar a educação é garantir que o futuro aconteça no tempo certo - Conselheira Cristiana de Castro de Moraes | 13/04/2026
- Escudos de papel - Conselheiro Dimas Ramalho | 14/04/2026
- Securitização da dívida ativa como instrumento para o incremento da arrecadação - Parte I - Conselheiro Maxwell borges de Moura Vieira | 14/04/2026
- Securitização da dívida ativa como instrumento para o incremento da arrecadação - Parte 2 - Conselheiro Maxwell borges de Moura Vieira | 22/04/2026
- Faroeste Licitatório: planejamento versus simplificação - Alexandre Sarquis | 27/04/2026
- O combate ao vazamento silencioso na renda dos aposentados - Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli | 28/04/2026
- Interesse Público e Planejamento na NLLC - Sérgio Ciquera Rossi | 11/05/2026
- O Eca entra na rede - Conselheiro Dimas Ramalho | 20/05/2026
- A revolução da IA no setor público - o caso da ANIA, do TCESP - Conselheira Cristiana de Castro Moraes e Fábio Correa Xavier | 26/05/2026
- Inovação Pública - Entre a Eficiência e a Segurança Jurídica - José Paulo Nardone | 29/05/2026
- Atenção resgatada - Conselheiro Dimas Ramalho | 01/06/2026
- Securitização ou Assessoria de Cobrança de Créditos? - Alexandre Manir Figueiredo Sarquis | 08/06/2026
- Agricultura familiar e compras públicas - entre a norma e a efetividade - Rodrigo Corrêa da Costa Oliveira | 09/06/2026
- Delegação, culpa e responsabilidade - Os limites da imputação em atos administrativos delegados dos prefeitos - Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira | 15/06/2026

¹ <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes>

- Os royalties do petróleo e sua infinda disputa jurídica - Gabriel de Lima Zanin e Rafael Rodrigues da Costa | 16/06/2026
- Quando a contratação desafia a lógica: o problema dos quantitativos - Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli e Robert Werner Koller | 23/06/2026
- A EC nº 139/2026 e a reafirmação da competência dos Tribunais de Contas no exercício de suas funções típicas - Helenice Hachul | 24/06/2026
- Tendências atuais das mudanças climáticas: entendendo o problema e discutindo como nos adaptar - Marcos Buckeridge² | 24/06/2026
- Imagem dos Tribunais de Contas - pesquisa aponta forte credibilidade institucional - Germano Fraga Lima e José Paulo Nardone | 30/06/2026



Artigos foram publicados pela mídia especializada

² <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/publicacoes>

11. Pesquisas e Participação Social

Plano Estratégico 2027-2032

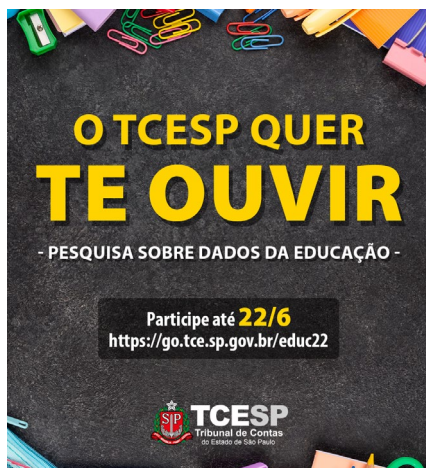
O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) iniciou os trabalhos para a elaboração de seu novo Plano Estratégico, que definirá as diretrizes da Corte de Contas paulista para o ciclo de 2027 a 2032. Em uma iniciativa que prioriza a escuta ativa e a transparência, o Tribunal convidou a sociedade a colaborar diretamente na formulação das metas para os próximos seis anos.

IV Concurso de Monografias do TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) abriu as inscrições para o IV Concurso de Monografias – Prêmio Luiz Pereira de Campos Vergueiro 2026. O certame, promovido pela Corte sob a supervisão da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), busca incentivar a produção acadêmica e o debate técnico sobre o tema central desta edição: ‘Gestão Pública’.

As inscrições podem ser realizadas até o dia 15 de novembro de 2026, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no hotsite oficial do concurso (<https://www.tce.sp.gov.br/quarto-concurso-monografias-tcesp>). Podem participar pessoas físicas de qualquer nacionalidade, desde que apresentem os comprovantes de titulação exigidos no edital, como diplomas ou declarações de aprovação junto à banca examinadora.

Formulário de escuta cidadã para elaboração do Painel da Educação



População teve até 22 de junho para participar de pesquisa do TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) lançou um formulário de escuta cidadã com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do novo Painel da Educação. A iniciativa faz parte das ações previstas no Objetivo 2 do Planejamento Estratégico da Corte de Contas, que visa fortalecer a transparência e o controle social.

A criação do Painel da Educação é uma prioridade da atual gestão, inserida neste contexto de fortalecimento do controle social. Por meio desta escuta ativa, o Tribunal busca entender as principais demandas e gargalos do setor sob a ótica da sociedade civil, permitindo que o novo painel seja uma ferramenta técnica e, ao mesmo tempo, conectada à realidade dos municípios paulistas.

O Objetivo 2 do Planejamento Estratégico do TCESP foca no fortalecimento da transparência e do controle social. Assim, a participação dos cidadãos é fundamental para que os dados apresentados no futuro painel auxiliem não apenas os auditores da Corte, mas também os gestores públicos na tomada de decisões e os órgãos de controle na identificação de áreas que necessitam de intervenção prioritária.

13. Programas TCESP

Mulheres que Transformam

De abril a junho de 2026, foram divulgados três programas da série ‘Mulheres que transformam’, com entrevistas com a Procuradora do Ministério Público de Contas (MPC-SP) **Élida Graziane Pinto**; a Secretária de Estado da Secretaria de Políticas para a Mulher, **Adriana Liporoni**; e a Secretária Executiva de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, **Juliana Cardoso**.

Controle Externo

O programa conduzido pelo apresentador Fernando Martins e pela apresentadora Karyn Bravo entrevistou no 2º trimestre o professor **Marco Antonio Teixeira**, Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão em Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (FGV); o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), **Fausto Junqueira**; e o Professor **Marcos Silveira Buckeridge**, pesquisador da USP e vice-diretor do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

Corte Digital

O TCESP lançou em maio o primeiro episódio do Programa Corte Digital, com a proposta de discutir tecnologia com impacto direto nas instituições e na vida pública. Apresentado por Karyn Bravo, o piloto do programa abordou o livro ‘Inteligência Artificial na Advocacia’, do autor **Solano de Camargo**, que participou do debate junto ao Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **Fábio Correa Xavier**.

Conexão Saúde

O Tribunal disponibilizou em 30 de abril o programa especial do ‘Conexão Saúde’, que em alusão ao ‘Abril Azul’, aborda a conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apresentado pela jornalista Karyn Bravo, o programa teve como convidado o Neurologista da Infância e Adolescência, **Dr. Erasmo Casella**, e discutiu sobre como é importante abordar, entender, identificar e respeitar as pessoas que possuem o TEA.

Conselheiros em Foco

Foi lançado em maio o programa “Conselheiros em Foco”, novo videocast institucional que apresenta à sociedade as trajetórias, a atuação e as perspectivas dos Conselheiros da Corte paulista. Gravado no novo estúdio de comunicação do Tribunal, localizado na sede do TCESP, o programa é apresentado pela jornalista Karyn Bravo, que entrevistou a Presidente da Corte, **Conselheira Cristiana de Castro Moraes**; o Vice-Presidente da Corte, **Dimas Ramalho**; o Conselheiro Corregedor da Corte, **Marco Aurélio Bertaiolli**; e o **Conselheiro Renato Martins Costa**, Decano e um dos membros mais experientes da Corte.

Todos os programas estão disponíveis no canal do YouTube do TCESP.

PARTE 2

CORPO DIRETIVO

CORPO DIRETIVO

No dia 2 de fevereiro de 2026, tomaram posse, para o mandato de um ano, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Presidente, o Conselheiro Dimas Ramalho, Vice-Presidente, e o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento do TCESP passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheira Cristiana de Castro Moraes – Presidente
Conselheiro Dimas Ramalho – Vice-Presidente
Conselheiro Renato Martins Costa
Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli
Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira
Conselheiro Wagner de Campos Rosário
Conselheiro Carlos Cezar

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro Dimas Ramalho – Presidente
Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli
Conselheiro Wagner de Campos Rosário

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro Renato Martins Costa – Presidente
Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira
Conselheiro Carlos Cezar



Utilize o QRCode para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado ou acesse <https://www.tce.sp.gov.br/composicao>

PARTE 3

**DADOS E
ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS
NO TRIMESTRE**

1. Dados Consolidados da Distribuição dos Processos

1.1. Eletrônicos

No período, foram distribuídos 5757 processos eletrônicos, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 1 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCCCS	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCWCR	CCS-A	GP	
Ações	1	-	2	2	-	2	-	-	7
Adiantamentos	7	8	7	7	7	6	-	-	42
Atos de Pessoal	3	1	2	2	1	3	1014	-	1026
Balanço Geral do Exercício	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Concurso Público	1	2	2	3	-	3	-	-	11
Contas de Prefeitura	14	26	21	23	17	23	-	-	124
Contratos	130	130	130	149	169	92	468	3	1271
Cautelar em Procedimento de Contratação - CPC	162	159	158	129	165	163	-	-	936
Cautelar de Suspensão de Pagamentos - CSP	3	2	2	-	5	4	-	-	16
Expedientes	24	30	19	23	25	28	13	444	606
Expedientes do Ministério Público	14	6	6	8	5	10	13	201	263
Expedientes do Poder Judiciário	2	4	6	5	5	5		30	57
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Multas e sanções	8	-	-	1	-	-	-	-	9
Recursos	115	112	95	93	100	87	24	3	629
Relatório de Fiscalização	1	-	-	-	2	1	-	-	4
Repasse Públicos	58	96	47	89	81	87	79	7	544
Representação	17	19	24	64	12	12	46	2	196
Total Geral	560	595	521	598	594	526	1663	700	5757

1.2. Físicos

No segundo trimestre de 2026, foram distribuídos aos julgadores **7 processos físicos**, sendo 1 Revisão de Julgado, 2 Recursos Ordinários, 1 Prestação de Contas de Repasses a Órgãos Públicos – Convênio de Valor Inferior, 2 Prestações de Contas de Repasses a Órgãos Públicos – Convênio de Valor Superior e 1 Admissão de Pessoal – Concurso – Processo Seletivo.

2. Dados Consolidados dos Julgamentos

2.1. Tribunal Pleno

No segundo trimestre do exercício, foram realizadas foram realizadas **11 sessões ordinárias e uma sessão extraordinária, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **339 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **848 representações em sede de Cautelar em Procedimento de Contratação**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes da homologação do certame ou da autorização da autoridade competente) de procedimentos de licitação de órgãos e entidades jurisdicionados/procedimentos de contratação direta, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.
- Analisou as **contas, relativas ao exercício de 2025**, prestadas pelo **Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**, no Tribunal de Contas sob relatoria do Excelentíssimo Conselheiro-Corregedor Marco Aurélio Bertaiolli.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em 6 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa.

2.2. Primeira e Segunda Câmaras

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **12 sessões ordinárias**. Apreciaram, ao todo, **779 e 867 processos**, respectivamente.

2.3. Decisões Singulares - Conselheiros

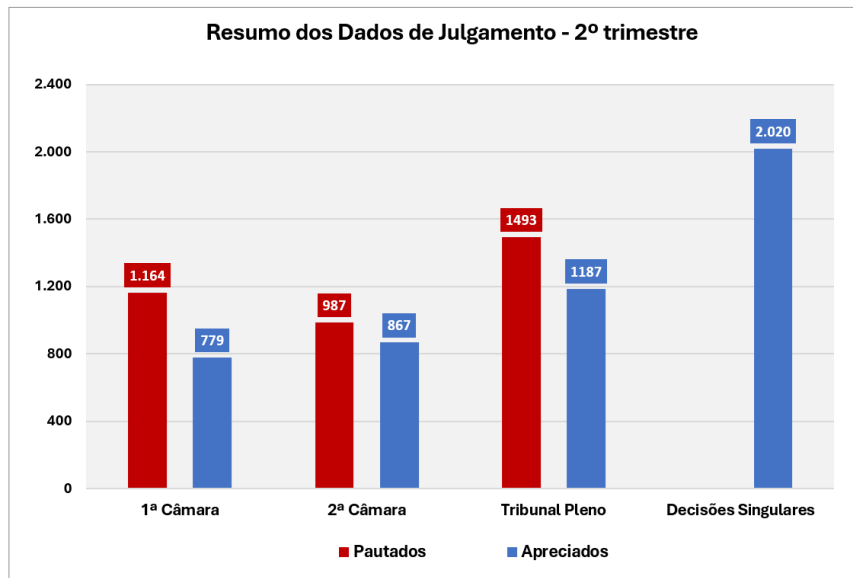
No período, foram proferidas 189 sentenças, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

2.4. Conselheiros Substitutos - Auditores

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criados pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em ausências e impedimentos, e, no trimestre, as **matérias tratadas em 3.176 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 2º trimestre



2.5. Ministério Público de Contas Junto ao Tribunal – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **7.014 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

2.6. Procuradoria da Fazenda do Estado – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é necessário o trânsito de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o segundo trimestre de 2026, o órgão se manifestou em **1229 feitos**.

3. Atividades Desenvolvidas pelas Áreas Técnicas do Tribunal

3.1. Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em 590 processos.

3.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) 3.832 processos, dos quais 269 resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu 8.499 certidões.

3.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas 10 Diretorias de Fiscalização (DFs), a Diretoria de Contas do Governador (DCG) e 20 Unidades Regionais (URs).

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, 5.664 processos pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	36	30	25	91
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	-	-	-	-
AUTARQUIA ESTADUAL	3	-	5	8
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	-	1	-	1
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	1	1
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	-	-
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	7	2	9	18
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	-	1	6	7
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	1	4	5	10
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	4	1	1	6
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	1	1
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	3	2	1	6
SECRETARIA	8	4	16	28
TRIBUNAL	-	-	-	-
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	47	11	14	72
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	8	1	2	11
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	48	1	1	50
Totais	165	58	87	310

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	ABR	MAI	JUN	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	156	100	115	371
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	-
AUTARQUIA MUNICIPAL	20	10	16	46
CÂMARA MUNICIPAL	270	109	43	422
CONSÓRCIO MUNICIPAL	19	7	8	34
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	4	1	4	9
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	2	2	6	10
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	-	-	-	-
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	16	6	16	38
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	4	8	6	18
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	2	4	2	8
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	-	-	-	-
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	8	4	7	19
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	3	1	3	7
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	7	1	1	9
PREFEITURA MUNICIPAL	62	379	318	759
Totais	573	632	545	1.750

Foram instruídos **5.631 processos eletrônicos**, sendo a maioria referente à análise e ao acompanhamento de contratos, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

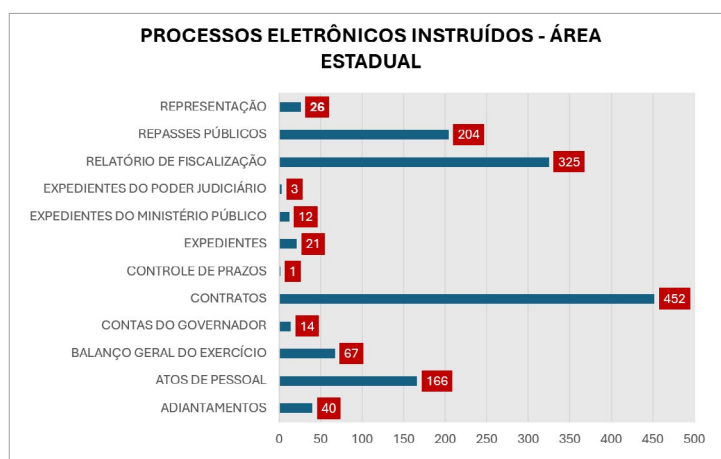
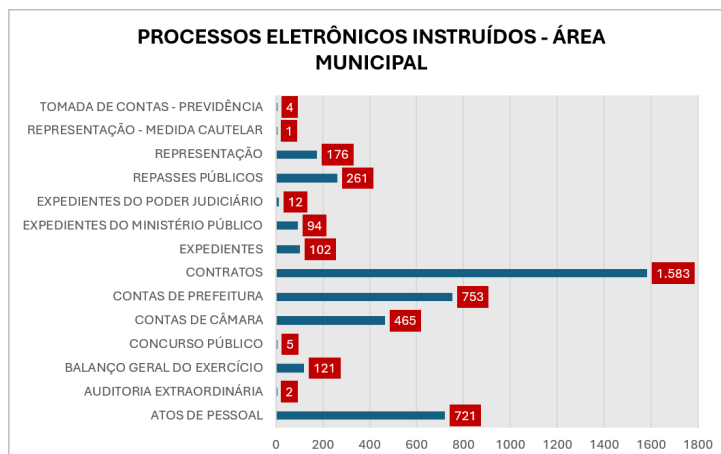


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal

**Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.*



3.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **14 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **71 processos** com objetos da mesma natureza. No final de junho, o Núcleo registrou um total de **85 autos sob seu acompanhamento**.

3.1.4. Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, o DIPE exarou **7.010 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

3.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No segundo trimestre de 2026, o órgão **conduziu 57 atividades**, por meio de suas seções técnicas.

3.2. Departamento Geral de Administração – DGA

Departamento subordinado à Presidência do Tribunal de Contas e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.326 processos**.

3.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

3.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.387, de 06 de janeiro de 2026, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026” foi elaborado em observância à Lei nº 18.178, de 16 de julho de 2025 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2026”.

A dotação para as **despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.340.180.531,00**, sendo R\$ 1.324.605.611,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$15.574.920,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 18.178/25), o Decreto n.º 70.333, de 12 de janeiro de 2026, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2026 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 15 de janeiro de 2026.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2026 (Decreto n.º 70.333/2026) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 1.800.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente n.º 02001/2026-1-0002, concluído em 23/01/2026 gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.800.000,00, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade: Redução: 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - CONTROLE E FISCALIZ. FINANCEIRA /ORÇAMENTÁRIA, fonte 150010001 - TESOURO-GERAL, Grupo 3 –CUSTEIO 339015 – DIÁRIAS MILITAR, no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) e serão suplementados na órgão 18000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, realização da vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizado pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição da utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22 - **Valor Total: R\$ 1.800.000,00**.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2026, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício. Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Fevereiro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Março	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Abril	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Maio	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Junho	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Julho	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Agosto	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Setembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Outubro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Novembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Dezembro	90.557.140	19.036.456	1.276.327	-	20.312.783	110.869.923
TOTAL	1.081.924.396	227.432.809	15.248.406	-	242.681.215	1.324.605.611

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2026 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Fevereiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Março	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Abril	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Maio	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Junho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Julho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Agosto	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Setembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Outubro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Novembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Dezembro	1.303.641	-	-	1.303.641	112.173.564
TOTAL	227.432.809	15.248.406	-	242.681.215	1.324.605.611

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Fevereiro	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Março	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Abril	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Maio	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Junho	90.124.296	18.688.123	1.270.189	-	19.958.312	110.082.608
Julho	90.124.296	18.687.123	1.270.189	-	19.957.312	110.081.608
Agosto	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Setembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Outubro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Novembro	90.124.296	18.945.123	1.270.189	-	20.215.312	110.339.608
Dezembro	90.557.140	19.036.456	1.276.327	-	20.312.783	110.869.923
TOTAL	1.081.924.396	225.632.809	15.248.406	-	240.881.215	1.322.805.611

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2026 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Fevereiro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Março	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Abril	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Maio	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Junho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.379.997
Julho	1.297.389	-	-	1.297.389	111.378.997
Agosto	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Setembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Outubro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Novembro	1.297.389	-	-	1.297.389	111.636.997
Dezembro	1.303.641	-	-	1.303.641	112.173.564
TOTAL	15.574.920	-	-	15.574.920	1.338.380.531

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	86.079.055,83	34.974.375,65	1.351.936,11	-	36.326.311,76	122.405.367,59
Fevereiro	77.909.221,48	40.215.038,31	1.519.988,17	-	41.735.026,48	119.644.247,96
Março	79.042.116,19	24.656.783,51	121.636,32	-	24.778.419,83	103.820.536,02
Abril	78.267.560,45	11.211.067,44	2.403.820,76	-	13.614.888,20	91.882.448,65
Maio	78.044.773,78	11.122.641,80	397.888,19	-	11.520.529,99	89.565.303,77
Junho	86.095.073,08	13.608.566,48	515,87	-	13.609.082,35	99.704.155,43
TOTAL	485.437.800,81	135.788.473,19	5.795.785,42	-	141.584.258,61	627.022.059,42

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – **Empenhado** – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	122.405.367,59
Fevereiro	188.939,00	-	-	188.939,00	119.833.186,96
Março	70.129,40	-	-	70.129,40	103.890.665,42
Abril	228.846,20	-	-	228.846,20	92.111.294,85
Mai	241.676,53	-	-	241.676,53	89.806.980,30
Junho	4.919.340,97	-	-	4.919.340,97	104.623.496,40
TOTAL	5.648.932,10	-	-	5.648.932,10	632.670.991,52

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – **Realizado** – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	86.079.055,83	34.974.375,65	1.351.936,11	-	36.326.311,76	122.405.367,59
Fevereiro	77.909.221,48	40.215.038,31	1.519.988,17	-	41.735.026,48	119.644.247,96
Março	79.042.116,19	24.656.783,51	121.636,32	-	24.778.419,83	103.820.536,02
Abril	78.267.560,45	11.211.067,44	2.403.820,76	-	13.614.888,20	91.882.448,65
Mai	78.044.773,78	11.122.641,80	397.888,19	-	11.520.529,99	89.565.303,77
Junho	86.095.073,08	13.608.566,48	515,87	-	13.609.082,35	99.704.155,43
TOTAL	485.437.800,81	135.788.473,19	5.795.785,42	-	141.584.258,61	627.022.059,42

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2026 – **Realizado** – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	96.935.854,32
Fevereiro	-	-	-	-	92.090.935,86
Março	45.624,40	-	-	45.624,40	92.709.662,47
Abril	2.285,00	-	-	2.285,00	92.242.192,13
Mai	84.671,80	-	-	84.671,80	95.302.920,28
Junho	187.291,00	-	-	187.291,00	105.050.921,54
TOTAL	319.872,20	-	-	319.872,20	574.332.486,60

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

3.3. Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Diretorias de Sistemas (DSIS), Tecnologia (DTEC) e Segurança da Informação (DSEG), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a continuidade da expansão e do suporte ao **sistema de Inteligência Artificial ANIA** junto aos órgãos públicos, bem como a realização de reuniões, treinamentos e cursos voltados à disseminação e ao aprimoramento do uso da plataforma. As **Seções Técnicas DTI-1 e DTI-2** promoveram a atualização e o aprimoramento de diversos painéis e sistemas de transparência do TCESP. Destacam-se a atualização do **Mapa das Câmaras**, do **Painel de Obras**, do **Portal do Controle Externo**, do **Painel Visor**, do **Painel da Saúde – Hospitais** e do **Observatório Fiscal**, incorporando dados mais recentes sobre gestão pública estadual e municipal.

Também foi lançado o **Painel Clima SP**, voltado ao acompanhamento da governança, das políticas públicas e do financiamento relacionados à gestão climática nos municípios paulistas. No sistema **BemTCESP**, foi disponibilizada nova funcionalidade para consulta detalhada de informações sobre licença-prêmio.

Além disso, foram executadas e divulgadas no Painel das Fiscalizações Ordenadas a II Fiscalização Ordenada – Gestão de Medicamentos e a III Fiscalização Ordenada – Gestão dos Resíduos Sólidos, ampliando a transparência e o acompanhamento das ações de controle externo realizadas pelo Tribunal.

Na área de desenvolvimento de sistemas, a **Divisão de Sistemas (DSIS)** implantou **novas funcionalidades e integrações**, desenvolveu e aprimorou soluções tecnológicas voltadas à modernização dos processos internos do TCESP.

Entre as principais entregas, destacam-se a disponibilização de nova versão do sistema de **Férias da DGP**, adaptada à legislação vigente; a implantação do sistema de integração com o **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, incluindo o envio de dados e a carga de informações relativas a leilões de bens inservíveis; os ajustes no **eSocial** para correção de apontamentos relacionados ao IRPF de servidores ativos; e a evolução do sistema **SGCCI**, da Controladoria, com a implementação do envio de atos pelo próprio interessado e a disponibilização de consultas gerenciais para gestores das Unidades Regionais e Diretorias de Fiscalização.

Quanto à utilização do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, no segundo trimestre, foram criados 6.853 processos, com 38.919 documentos.

A **Divisão de Tecnologia (DTEC)**, por sua vez, prestou **suporte às sessões virtuais das Câmaras e do Tribunal Pleno, configurou e disponibilizou 96 equipamentos** — majoritariamente monitores — e realizou **1.363 atendimentos** telefônicos. No período, foram registrados **6.558 chamados técnicos**.

No campo da Segurança da Informação, não foram registrados incidentes sem tratamento ou que tenham causado impacto às atividades do Tribunal. No período, foram tratados individualmente 453 incidentes de segurança de TI, bloqueados 1.735 ataques aos serviços tecnológicos da Corte e neutralizados ou removidos 123.639 malwares identificados em e-mails e equipamentos da rede, demonstrando a efetividade dos mecanismos de proteção e resposta adotados.

3.4. Gabinete Técnico da Presidência – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **131 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **240 processos e expedientes eletrônicos e físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **466 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

3.5. Escola Paulista de Contas Públicas – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **21 eventos, que reuniram 20.144 participantes, sendo 2.999 presenciais e 17.145 on-line**.

Do setor, destacaram-se as seguintes atividades no segundo trimestre:

1. Curso de Extensão Avançado em PPPs e Concessões: Capacitação visando ao aprimoramento de servidores na temática, com carga horária total de 182 (cento e oitenta e duas) horas-aulas e 52 (cinquenta e dois) participantes, voltada ao público interno que já possui conhecimento intermediário ou avançado sobre o tema.

2. Processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP): PPP é documento que orienta a gestão escolar e as relações de ensino-aprendizagem, publicizando as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em todas as escolas brasileiras - sendo esse um dos elementos constitutivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento igualmente obrigatório.

3. Curso de Extensão Previdência Própria na Prática: Relatórios, Investimentos e Atuária - curso avançado, no formato presencial, com carga horária total de 72 (setenta e duas) horas-aulas, voltado à especialização do público interno que trabalha na área de Previdência, com divisão em 3 (três) módulos, sendo eles “Relatórios”, “Investimentos” e “Atuária”, respectivamente.

4. Curso de Licitações e Contratos: Atualização Estratégica para Gabinetes: Atendendo a demanda dos gabinetes de Conselheiros e contando com instrutores internos, o curso com carga horária total de 12 horas foi orientado por três objetivos principais: capacitar os participantes para a análise de procedimentos licitatórios regidos pela Lei 14.133/2021, considerando os precedentes do TCE-SP e a jurisprudência dos Tribunais de Contas, aprofundar o domínio sobre os temas recorrentes nas representações, recursos e processos de Controle Externo que tramitam neste Tribunal e desenvolver habilidades para a elaboração de minutas de atos decisórios tecnicamente robustas e alinhadas aos padrões de fundamentação do TCESP.

5. Capacitação Avançada em Auditoria Financeira e NBASP: Tem por objetivo aperfeiçoar o exercício das atividades de auditoria financeira sobre demonstrações contábeis do setor público em conformidade com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), as Normas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC-TASP) buscando padronizar os procedimentos e desenvolver competências como a avaliação da conformidade, da legalidade e da fidedignidade das informações contábeis-financeiras.

6. Seminário “Políticas Públicas para a Primeira Infância: Diagnóstico e Ação”: A iniciativa do MEC, do TCESP e da Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), integra um ciclo nacional de encontros realizados entre março e junho, em diferentes estados, voltado ao fortalecimento e implementação de políticas públicas para crianças com idade entre zero e seis anos.

No que se refere à pós-graduação, está em andamento a turma do **Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas**, com **15 alunos vinculados**, além da preparação de nova turma com **10 vagas**. O programa de auxílio-bolsa manteve **19 bolsas ativas**, sendo **4 de graduação e 15 de pós-graduação**.

Entre os projetos estratégicos, destacou-se o avanço na elaboração do **Projeto Político-Pedagógico da EPCP**, com a realização de **11 reuniões do grupo de trabalho** e diversas ações de diagnóstico e planejamento. Também foram concluídos o desenvolvimento do novo portal da Escola e do catálogo de cursos, além da implantação do Sistema de Gerenciamento de Eventos (SIGE).

O **PodContas** lançou **6 novos episódios**, alcançando mais de **10 mil reproduções no período** e acumulando **151 episódios publicados**. A revista **Cadernos EPCP** concluiu a edição nº 16 e recebeu **17 submissões** para avaliação.

A **Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – registrou **3.781 acessos às bibliotecas virtuais** disponibilizadas aos servidores e realizou **42 atendimentos presenciais**. Já o **Memorial da Corte de Contas Paulista**, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **286 visitantes**, sendo 126 oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e 160 externos, enquanto o programa **Conheça o TCESP** realizou duas edições com **70 participantes**.

3.6. Diretoria de Gerenciamento de Processos – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do **Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP)**. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 12 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

Descrição		ABRIL	MAIO	JUNHO	Total
Atendimentos	Telefone	457	308	290	1.055
	Fale Conosco	876	651	627	2.154
	“Web”	241	232	194	667
	“Phone”/Teams	7	8	10	25
	Outros	615	400	413	1.428
	E-Mail	11	11	9	31
	Postal/Presencial	2	0	1	3
Cópias Digitais		276	143	121	540
Logs		9845	9125	6157	25.127
SEI		46	53	51	150
Envio de e-mails		201	182	200	583
Cadastros	Órgãos	11	19	14	44
	“On Line”	4	10	7	21
	“Grande Porte”	7	8	7	22
	Questionário	0	1	0	1
	Advogados	153	163	155	471
	“On Line”	132	149	135	416
	Protocolo Digital/ Outros Estados	21	14	20	55
	Partes	742	542	546	1.830
	Planilha	690	477	494	1.661
	“On Line”	52	65	52	169
	Questionário	0	0	0	0
	Solicitação de Participação PILOTO	32	17	20	69
	Processos Cadastrados PILOTO	10	11	23	44
	Liberação do PILOTO para Produção	2	0	1	3

Em relação às atividades sistêmicas voltadas ao desenvolvimento, à evolução e à manutenção do e-TCESP, a DPROC promoveu diversas melhorias voltadas ao **aperfeiçoamento da gestão processual, da segurança e da experiência dos usuários**. Entre as principais entregas, destacam-se ajustes na identificação das unidades responsáveis pela instrução de processos de Repasses do 1º Setor, a implementação de suporte às novas raízes ICP-Brasil v12, aprimoramentos nas páginas de autuação de processos e a ampliação do acesso a documentos de Contratos e Repasses para advogados.

Também foram realizadas ações de modernização tecnológica, incluindo a substituição da biblioteca ReCaptcha, a implantação de autenticação via OpenID integrada ao Portal de Sistemas (gov.br e Microsoft), a disponibilização de versão compatível com CNPJ alfanumérico e a criação de ambiente de réplica da produção, com migração de serviços de consulta utilizados pelo AUDESP/Águila e liberação de acessos para diferentes áreas do Tribunal.

Adicionalmente, foram implementadas funcionalidades de gestão de perfis de usuários, com agendamento de habilitação e desabilitação de acessos, além da inclusão de novos campos nos relatórios gerenciais destinados aos DSFs, ampliando as informações disponíveis para acom-

panhamento das autuações processuais. Permanecem em desenvolvimento iniciativas relevantes, como a geração de PDF único para processos, o cadastro de partes via gov.br, a assinatura eletrônica de documentos por meio da referida plataforma e novas integrações com a OAB/SP.

3.7. Diretoria De Coordenação Estratégica – DCE

Criada pelo Ato GP nº 08/2022 e vinculada ao Gabinete da Presidência, a Diretoria de Coordenação Estratégica (DCE) possui, dentre suas atribuições, **o acompanhamento e a coordenação dos processos de Planejamento Estratégico**, bem como das **informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição**. Sua organização interna contempla as seções de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1) e Informações Gerenciais (DCE-2). A tabela a seguir destaca as principais atividades da DCE realizadas no período:

Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Coordenação Estratégica

DCE-1 – PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS		
Tema: Gestão do Portfólio e dos Projetos Estratégicos		
Monitoramento do Portfólio Estratégico	Eventos Realizados	3
	Participantes	197
Projetos Prioritários em Monitoramento	20	
Demais Projetos em Monitoramento	33	
Alertas Mensais de Monitoramento dos Projetos	110	
Reuniões	114	
	Monitoramento de Projetos em Execução (Função PMO) ¹	35
	Execução de Projetos ²	51
	Elaboração do Plano Estratégico 2027-2032	24
	Prospecção de soluções e parcerias	4
Tema: Acompanhamento de Convênios e Parcerias		
Tratativas com órgãos externos	9	
Registro de parcerias assinadas	6	
DCE-2 – INFORMAÇÕES GERENCIAIS		
Pesquisas de dados para parceiros internos e externos	17	
Relatórios Informações Gerenciais	2	
Reuniões	46	
	Projetos prioritários	11
	InfoContas	13
	Outros parceiros externos	13
	Orientações ao público interno	9

¹ Projetos nos quais a DCE atua como articulador e realiza acompanhamento das entregas.

² Projetos nos quais a DCE atua diretamente para construção das soluções junto de outras equipes da Casa (Automatização da Fiscalização de Atos de Pessoal, Ania.Audit, Gestão de Riscos, Fluxo Integrado de Denúncias, Painel de Valor Público, Fluxo de Instrução do Terceiro Setor, Projeto Piloto de Observatório de Processos, VivaTCESP, Sistema de Gerenciamento Escolar, Programa Estratégico para Diretores, Normatização de Notificações Eletrônicas e Automatização do Fluxo de Pauta e Decisões).

No segundo trimestre de 2026, a Diretoria de Coordenação Estratégica concentrou esforços na condução das atividades relacionadas à elaboração do Plano Estratégico 2027-2032 e no acompanhamento da execução do Plano Estratégico 2022-2026. Destacou-se a conclusão da **contratação da Fundação João Pinheiro** para apoio técnico ao novo ciclo de planejamento, a estruturação da governança do projeto e o início da fase de diagnóstico institucional, com aplicação de questionários, entrevistas com a alta administração e coleta de informações junto a servidores, jurisdicionados e à sociedade.

No âmbito da **gestão do Plano Estratégico 2022-2026**, a DCE promoveu a estruturação dos **20 projetos prioritários de 2026**, realizou o primeiro ciclo de monitoramento do portfólio estratégico e organizou a **8ª Reunião do Comitê Estratégico Institucional**. Dos 73 entregáveis previstos para os projetos prioritários, **19 já haviam sido concluídos ao final do trimestre**. O portfólio estratégico contabilizava, em 30 de junho de 2026, 150 projetos concluídos e 53 em andamento.

A Diretoria também apoiou iniciativas institucionais relevantes, como a discussão do **novo Plano Político-Pedagógico da Escola Paulista de Contas Públicas** e a formulação do edital do **Programa Residência em Ação**, voltado ao fortalecimento das capacidades estatais dos municípios jurisdicionados.

Por sua vez, a **Seção de Informações Gerenciais (DCE-2)**, atuou nas ações de articulação institucional e produção de inteligência estratégica, com a realização de 46 reuniões com órgãos e redes de inteligência, participação ativa na Rede InfoContas, no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e na Rede de Controle do Estado de São Paulo. Também foram produzidos relatórios e pesquisas estratégicas voltados à identificação de riscos e indícios de irregularidades em áreas de interesse da fiscalização.

Entre os resultados mais relevantes, destaca-se a assinatura do **Termo de Cooperação Técnica com o Banco Santander**, ampliando o acesso a dados bancários para atividades de controle externo, além do avanço das parcerias com outras instituições financeiras e órgãos públicos. Prosseguiram ainda os trabalhos para implantação da **Rede Interna de Inteligência do TCESP**, com a elaboração de instrumentos de governança e compartilhamento de informações estratégicas.

Por fim, foi concluído o **Projeto Relatório para Gestão de Prazos de Processos Eletrônicos**, cujas rotinas foram incorporadas de forma permanente pela Diretoria de Gerenciamento de Processos, contribuindo para o aprimoramento do controle dos prazos processuais e da gestão dos processos eletrônicos do Tribunal.

3.8. Diretoria de Expediente da Presidência – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio à Presidência e à Chefia de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos. A Diretoria também cuida da distribuição de processos, bem como sua redistribuição ou quaisquer outras adequações decorrentes de proposta consignada nos autos.

No período, a Diretoria preparou **1.109 despachos** no âmbito do **Sistema SEI (administrativo)**, além de **870 minutas de despachos** no **e-TCESP**.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno, 35 Sustentações Orais e 85 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

3.9. Ouvidoria

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, a Ouvidoria é vinculada à Presidência, e atua como instrumento de comunicação e participação do cidadão no aperfeiçoamento dos serviços prestados por esta Corte à sociedade, podendo ser acessada por meio do Sistema de Chamados, e-mails da Ouvidoria, telefone 0800-8007575, WhatsApp, aplicativo “Portal TCESP”, via postal, presencialmente e, ainda, pelas caixas de coleta instaladas nas dependências do Tribunal de Contas.

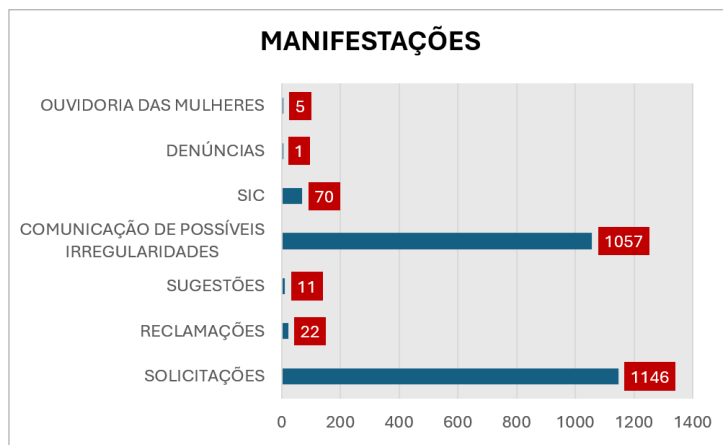
A Seção de **Expediente da Ouvidoria** recebe as comunicações de possíveis irregularidades, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e denúncias, nos termos estabelecidos no art. 7º da Resolução nº 19/2023.

O **SIC (Serviço de Informações ao Cidadão)** recepciona as manifestações relacionadas aos procedimentos e formas de acesso às informações, na opção “SIC” no Sistema de Chamados, e são tratadas nos moldes estabelecidos no art. 8º da Resolução nº 19/2023 e demais legislações pertinentes. No período, foram processados **70 pedidos de informações**.

Por sua vez, a **Ouvidoria das Mulheres** acolhe manifestações relativas à igualdade de gênero, participação feminina e violência contra a mulher, por meio do Sistema de Chamados próprio na opção “*Ouvidoria da Mulheres*”, pelo ramal específico, e-mail da Ouvidoria da Mulheres, presencialmente, e, ainda, pelos demais canais de atendimento da Ouvidoria, atuando com autonomia e sigilo quanto ao seu processamento, nos termos estabelecidos no artigo 9º, § 2º, da Resolução nº 19/2023.

No segundo trimestre foram registradas **2312** manifestações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



3.10. Controladoria Interna

Conforme estabelecido pela **Resolução nº 06/2021**, a Controladoria do TCESP atua como o órgão central do Sistema de Controle Interno do Tribunal. A sua função primordial é assessorar a Presidência e os gestores internos, **zelando pela observância dos princípios constitucionais da Administração Pública**, o que envolve avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, comprovar a legalidade, eficácia e eficiência da gestão financeira e patrimonial, e **promover o gerenciamento de riscos e a melhoria contínua da qualidade do gasto público** dentro da estrutura do próprio TCESP.

3.11. Diretoria de Comunicação Institucional – DCI

A Diretoria de Comunicação Social – DCS, com a edição da Resolução nº 06/2026, passou a ser denominada **Diretoria de Comunicação Institucional – DCI**, e é responsável pelo **planejamento e desenvolvimento de ações de comunicação institucional voltadas à valorização da missão constitucional da Corte**, promovendo o **adequado fluxo de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores**.

Após a reestruturação, a DCI passou a ser composta pelo Gabinete da Diretoria e seguintes unidades: Seção de Comunicação, Reputação e Análise de Cenário – DCI-1, Seção de Conteúdo Digital e Mídias – DCI-2 e Seção de Marca, Design e Identidade Visual – DCI-3.

Entre os principais resultados do segundo trimestre, destacam-se a consolidação da nova estrutura da DCI, o fortalecimento do relacionamento com a imprensa, a ampliação da presença digital e do engajamento nos canais institucionais, a implantação de programação audiovisual permanente, o fortalecimento da comunicação interna, o início da estruturação da área de inteligência e monitoramento e a ampliação da governança da identidade visual e editorial do Tribunal.

No relacionamento com a imprensa, foram registradas **3.352 publicações**, representando crescimento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2025. O alcance potencial das notícias alcançou 441,8 milhões de pessoas, aumento de 719%, enquanto as matérias classificadas como negativas foram reduzidas em 86,7%, passando de 60 para apenas 8 registros. Além disso, foram realizadas quatro operações estratégicas de comunicação e atendidas 128 demandas espontâneas da imprensa durante o trimestre.

O Portal do TCESP também apresentou resultados relevantes, registrando **408.127 usuários e 2.480.964 visualizações**, com crescimento de 24,1% e 7,5%, respectivamente. Ao longo do período, foram publicados **441 conteúdos**, entre notícias, fotolegendas, publicações técnicas, eventos e inserções da seção “TCESP na Mídia”.

Na comunicação interna, destacaram-se as 191.051 visualizações registradas no Portal do Servidor e a redução de 84,4% no volume de e-mails institucionais, resultado da estratégia de racionalização dos canais de comunicação. Foram produzidas 13 edições do informativo “Semana no TCESP” e três episódios do programa “Papo de Servidor”. As campanhas de endomarketing também obtiveram ampla participação dos servidores, com destaque para a arrecadação de 929 itens na campanha TCESP Solidário, o envio de 158 fotografias para a comemoração dos 102 anos do Tribunal, a participação de 35 auditores na campanha do Dia Nacional do Auditor de Controle Externo e o envolvimento de 29 áreas na Copa TCESP.

Nas redes sociais, o Instagram alcançou 41.738 seguidores, crescimento de 89,7% em comparação ao mesmo período de 2025. Foram publicados 142 conteúdos no feed, 357 stories e 20 *reels*, que geraram 39.173 interações e mantiveram taxa média de engajamento de 5,18%. O Facebook encerrou o trimestre com 20.501 seguidores e 4.096 interações. Já o canal do Tribunal no YouTube registrou 721 novos inscritos, crescimento de 44,2%, e acumulou 7.465,7 horas de exibição, aumento de 5,9% em relação ao exercício anterior.

Além disso, foram produzidos 13 programas institucionais e sete reportagens jornalísticas, consolidando uma programação permanente voltada à disseminação de conteúdos educativos e de interesse público. Complementarmente, a área de design desenvolveu 688 peças gráficas para campanhas, eventos e ações institucionais, enquanto a produção fotográfica realizou a cobertura de 15 eventos promovidos pelo Tribunal.

3.12. Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APM-TCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

3.13. Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Instituída pelo Decreto nº 68.806, de 26 de agosto de 2024, a Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi criada para garantir apoio policial institucional ao TCESP.

4. Considerações Finais

São esses, em síntese, os dados consolidados do **segundo trimestre de 2026**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assinado de forma digital por
CRISTIANA DE CASTRO
MORAES:78872650615
Dados: 2026.08.18 16:39:06
-03'00'

Cristiana de Castro Moraes
Presidente

Anexo – Comunicados Expedidos pelo TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 13 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	14/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno – Resolução nº 01/2017 Sessão de 1/4/2026	06/04/2026
GP	15/2026	Emendas parlamentares locais – providências para aprimoramento da governança, do planejamento, da execução, da rastreabilidade e da transparência	09/04/2026
GP	16/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	17/04/2026
GP	17/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	04/05/2026
GP	18/2026	Orientações relativas à Fase V – Repasses Públicos ao Terceiro Setor	14/05/2026
GP	19/2026	Evento “Rotas da Equidade – Como alcançar a Condicionalidade III do VAAR/FUNDEB”	14/05/2026
GP	20/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	15/05/2026
GP	21/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	22/05/2026
GP	22/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	29/05/2026
GP	23/2026	ALERTA acerca do uso crescente e não revisado de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na elaboração de petições e documentos submetidos a este Tribunal, sobretudo em representações com pedidos de medidas cautelares	01/06/2026
GP	24/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	08/06/2026
GP	25/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	12/06/2026
GP	26/2026	Selo TCESP Ouvidoria Cidadã	15/06/2026
GP	27/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	19/06/2026
GP	28/2026	Horário de expediente na Capital e nas Unidades Regionais durante a participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA	24/06/2026
GP	29/2026	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	26/06/2026
GP	30/2026	Horário de expediente na Capital e nas Unidades Regionais no dia 29 de junho de 2026, em razão da participação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo FIFA	29/06/2026

Tabela 14 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	12/2026	Entidades proibidas de novos repasses	06/04/2026
SDG	13/2026	Ciclo de Debates em Pindamonhangaba	09/04/2026
SDG	14/2026	Cartilha orientativa sobre a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a gestão dos recursos dos RPPS	10/04/2026
SDG	15/2026	Guia Orientativo para Vereadores e Vereadoras de Municípios com RPPS	10/04/2026
SDG	16/2026	Ciclo de Debates em Santos	17/04/2026
SDG	17/2026	Modelo de Declaração para Certidão para fins de operação de créditos – art – 167- A CF/88	27/04/2026
SDG	18/2026	Levantamento nacional acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância	30/04/2026
SDG	19/2026	2º Diagnóstico da Aderência ao Sistema AudeSP Fase V – Módulo de Prestação de Contas	04/05/2026
SDG	20/2026	Volume de processos julgados no 1º trimestre do exercício de 2026	04/05/2026
SDG	21/2026	Entidades proibidas de novos repasses	06/05/2026
SDG	22/2026	Levantamento nacional acerca das políticas públicas voltadas à primeira infância – prorrogação de prazo - 15.05.2026	06/05/2026
SDG	23/2026	Ciclo de Debates em Nuporanga e Jaboticabal	11/05/2026
SDG	24/2026	Implementação das Instâncias de Governança Democrática do Sistema Nacional de Educação (SNE)	21/05/2026
SDG	25/2026	Ciclo de Debates em Registro	22/05/2026
SDG	26/2026	ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao primeiro bimestre (RRO) do ano de 2026	01/06/2026
SDG	27/2026	Entidades proibidas de novos repasses	03/06/2026
SDG	28/2026	Implementação de políticas, protocolos e ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital (ECA Digital)	15/06/2026
SDG	29/2026	Adesão e utilização da Prova Nacional Docente - PND	15/06/2026
SDG	30/2026	30º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais Atualização do horário do evento de Mogi Mirim – 27/08/2026	15/06/2026
SDG	31/2026	Ciclo de Debates em Salto e Itapeva	17/06/2026
SDG	32/2026	30º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais Alteração de data e horário do evento de Americana – 29/06/2026	23/06/2026
SDG	33/2026	Programas estratégicos voltados ao fortalecimento da equidade na Educação Básica	23/06/2026

Tabela 15 - Comunicados expedidos conjuntamente GP/SDG

COMUNICADOS CONJUNTOS GP/SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP/SDG	02/2026	Programa Nacional de Transparência Pública	08/04/2026
GP/SDG	03/2026	Programa Nacional de Transparência Pública	22/04/2026
GP/SDG	04/2026	Atualizações no Sistema de Pesquisa de Comunicados e Legislação e no Sistema PUSH – Sistema de Acompanhamento e Notificações	25/05/2026
GP/SDG	05/2026	Programa Nacional de Transparência Pública	27/05/2026

2026



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo